

Nova grilagem dentro do Park Way

Invasão começou domingo e área está sendo parcelada em lotes de 800 m. Já existem piquetes e estrada de terra

Rovênia Amorim
Da equipe do Correio

Os grileiros chegaram primeiro. Áreas verdes no Setor de Mansões Park Way, que o Governo do Distrito Federal (GDF) quer transformar em lotes residenciais, estão sendo alvo de parcelamentos irregulares. A cobertura vegetal nos fundos da quadra 12, na altura do conjunto 3, não existe mais. Um trator abriu estrada de terra no meio do descampado para dar acesso à área piqueteada, dividida em lotes de 800 metros quadrados.

"Isso é um absurdo. Estão parcelando e vendendo uma área onde não é permitida habitação", protesta Maurício Galinkin, morador do Park Way e diretor do Centro Brasileiro de Referência e Apoio Cultural (Cebrac), ONG que integra o Fórum Ambientalista do Distrito Federal. "Muito menos, lotes com menos de 2.500 m², que é o padrão do Park Way." A invasão começou no domingo, quando os fiscais não trabalham.

A área degradada é um alicerce, a pouco mais de 50 metros do Córrego do Ipê. Na região moram chacareiros que têm posse precária da terra. Moradores do Park Way desconfiam de que possuidores da região vendem parte da gleba a especuladores imobiliários, dando origem à grilagem. "O metro quadrado de um lote regularizado aqui vale R\$ 50, dependendo da localização. Um terreno invadido é vendido a R\$ 20", calcula um morador.

O chefe de Fiscalização do Núcleo Bandeirante, região a que pertence o Park Way, informou no final da tarde de ontem que ainda não sabia da nova invasão. "Os fundos das quadras 12 e 13 são realmente bastante visados. Os grileiros estão por toda parte", diz Yedson Faria. Segundo ele, várias demolições de cerca já foram feitas na área, mas os grileiros conseguem liminares e voltam a vender frações de terra pública.

ÁREA DE PROTEÇÃO

A grilagem na área é ainda mais preocupante pela questão ambiental. O Park Way está situado em área de proteção ambiental. A estrada na quadra 13 foi aberta sem nenhum cuidado,

numa área de declive acentuado. "Quando chover, a enxurrada vai assorear o córrego lá embaixo. A cobertura vegetal é importante aqui", denuncia o ambientalista Maurício Galinkin, que integra o Conselho de Defesa do Meio Ambiente da 8ª Região do Distrito Federal (Núcleo Bandeirante e Park Way). Os chacareiros da região não souberam informar quem são os invasores.

Além das áreas griladas, os moradores do Park Way também estão preocupados com o parcelamento regular que o governo quer implementar. O proposta da Secretaria de Habitação e do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (IPDF) é colocar à venda até 200 lotes de 20 mil m² cada um. Como é permitido fracionar o terreno em até oito unidades, o bairro pode ganhar 1.600 novos lotes de 2.500 m². Atualmente, existem 1.180 lotes legais no Park Way.

O número assusta os moradores, que ontem começaram a peregrinar pelos gabinetes da Câmara Legislativa. Eles tentam convencer os deputados a não votar o projeto de lei do governo que altera o memorial descritivo do Park Way. Em vez de lotes comerciais, as áreas verdes seriam transformadas em lotes residenciais. "Mas mais de 60% das áreas verdes continuariam livres", explica a diretora-presidente do IPDF, Eliana Klarmann.

"A região não vai suportar esse adensamento. A impermeabilização do solo será muito grande e várias nascentes podem secar", acredita Galinkin. Diante da polêmica criada, o Instituto de Ecologia e Meio Ambiente (IEMA) recomendou um estudo minucioso do impacto ambiental que seria provocado pelo parcelamento. O EIA-Rima fica pronto daqui a dois ou três meses.

A votação do projeto na Câmara Legislativa deve ser adiada para a próxima semana. "Na verdade, o governo não está preocupado com a qualidade de vida no DF, mas com a arrecadação", diz o deputado distrital Rodrigo Rollemberg (PSB). Ele calcula que a venda de 200 lotes pode render R\$ 128 milhões ao governo. "Usa-se a grilagem como argumento de defesa do parcelamento. Estudos indicam que nos úl-

Ricardo Borba



Estacas de madeira com placas numeradas indicam os limites de cada um dos novos lotes irregulares do setor de mansões

QUEM APROVA?

"O governo errou ao anunciar o projeto sem, antes, ter aprovação técnica para implantá-lo. Criou-se uma polêmica desnecessária. O problema aí pode ter sido a pressa de executá-lo logo e o resultado é uma discussão com base em achismos. Mas, normalmente, um projeto de uma densidade como essa teria não só que ter passado por uma consulta prévia dos órgãos ambientais, como também submetido a uma audiência pública para discutir com os moradores de todo o Distrito Federal. Não dá para ser um debate paroquial."



timos anos a temperatura em Brasília subiu muito. Isso é fruto da redução das áreas verdes e do processo de urbanização. O GDF é contraditório: gastou um bom dinheiro para despoluir o Lago e não está se preocupando com seus afluentes. Isso pode prejudicar também o sucesso do Projeto Orla."

Hidetada Sambuichi
presidente da ONG Asa Verde (Associação dos Amigos do Verde de Taguatinga)

"Parcelamentos de áreas verdes deveriam ser precedidos de um estudo ambiental. Para isso, deveria ser constituída uma comissão formada em sua maioria de ambientalistas, estudiosos do assunto, para que a especulação imobiliária não fosse o fator de decisão. Se o governo tem interesse em oferecer opções de moradia, tudo bem. Mas que faça isso nas áreas certas. Se não preservarmos os poucos rincões de verde e água que nos restam, a tendência é priorizar cada vez mais a qualidade de vida"

Cláudio Pires
presidente da Prontag (Associação dos Produtores Rurais de Taguatinga)

"Tudo pode, tudo não pode. Vai depender das regras do jogo. Aqui, temos um PDOT (Plano Diretor de Ordenamento Territorial) geral para o Distrito Federal. Mas se exige que sejam feitos planos diretores locais, tratando da infra-estrutura, por exemplo. Essa é a maneira mais simples de acabar com essa discussão — se se pode fazer ou não o parcelamento. O plano diretor local é que vai ser o limitante para aquela determinada região. Portanto, enquanto não existir um plano diretor local para o Park Way, não deve ser feito o parcelamento."



Benjamin Sicsu
ambientalista

"Tenho dito que qualquer impacto sobre áreas de frágil equilíbrio ecológico é uma ameaça que deveria ser rechaçada não só por ambientalistas, mas pelos órgãos responsáveis, como o Iema, que

não o tem feito, talvez por pressão política. Por causa da pressão demográfica, não é recomendado que se utilizem as últimas áreas de proteção dos mananciais. O DF tem um futuro negro, em termos ambientais."

João Arnolfo Carvalho,
do Fórum de ONGs Ambientalistas do DF

"O Park Way já é dotado de infra-estrutura e, tecnicamente, bastaria um relatório de impacto ambiental. Mas em função do conflito e para trazer mais conforto para a população recomendamos o EIA-Rima, que é um estudo mais minucioso. Dificilmente, ocorrerá o extremo; de não permitir a criação de nenhum lote. Não acho que o governo errou ao apresentar as intenções de criar o parcelamento antes de consultar o Iema. Isso é rotina. O urbanista Lucio Costa mesmo, em 1998, no documento Brasília Revisitada, declarou intenções de criar novos bairros e não fez consulta a órgãos ambientais."

Fernando Fonseca
diretor do Iema